

Representações sociais sobre mulher e crime em dois jornais populares

Social representations of woman and crime in two popular newspapers

Ricardo Moreira Pedrosa¹

Adriano Roberto Afonso Nascimento²

Resumo: O presente estudo teve o objetivo de investigar as representações sociais de mulher e crime em dois jornais populares do município de Belo Horizonte/MG (jornais Aqui e Super Notícia). Com esse objetivo, reunimos 573 notícias que relatavam ocorrências criminais em que havia mulher na condição de autora de crime (246 do jornal Aqui e 327 do jornal Super Notícia, todas publicadas entre julho de 2010 e janeiro de 2011). Realizamos a Análise Lexical dos corpora construídos na coleta com o auxílio do software ALCESTE. Os resultados encontrados nos dois jornais revelaram-se bastante similares. Concluímos que as representações sociais de mulher e crime apoiam-se em sistemas de crenças e valores sexistas e em saberes científicos, cuja função é preservar as representações tradicionais de gênero.

Palavras-chave: representações sociais, jornal popular, mulher, crime, alceste.

Abstract: This study aimed to investigate the social representations of woman and crime in two popular newspapers of Belo Horizonte/MG city (newspapers Aqui and Super Notícia). For this purpose, we have compiled 573 news which reported criminal incidents in which woman had provided crime author (246 of the newspaper Aqui and 327 of the Super Notícia, all published between July 2010 and January 2011). We conduct the Lexical Analysis of the corpora built in gathering with the aid of software ALCESTE. The results found in the two newspapers were quite similar. We conclude that the social representations of women and crime based on sexist values and belief systems and in scientific knowledge, whose function is to preserve the traditional representations of gender.

Keywords: social representations, popular newspapers, woman, crime, alceste.

1 Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: ricardomp123@yahoo.com.br

2 Universidade Federal de Minas Gerais, bolsita

Representações sociais sobre mulher e crime em dois jornais populares

Social representations of woman and crime in two popular newspapers

Ricardo Moreira Pedrosa

Adriano Roberto Afonso Nascimento

Introdução

Os diversos veículos de comunicação de massa produzem, há décadas, um enorme volume de materiais em que podem ser encontradas representações sobre as mulheres e, de forma mais abrangente, sobre o próprio feminino. A partir dessa constatação, tem-se desenvolvido um considerável número de trabalhos que procuram identificar as representações da mulher na mídia com vistas a denunciar os estereótipos de gênero que a imprensa faz circular e/ou reitera. Uma breve revisão sobre esses trabalhos evidencia que o segmento de revistas femininas e os suplementos direcionados ao público feminino, inseridos em veículos midiáticos para o público geral, têm sido priorizados como fontes para essa análise (Mascaro, 1982; Bassanezi, 1996; Mira, 2003; Buitoni, 2009).

Em seu conjunto, esses trabalhos evidenciam, sobretudo, como a imagem da mulher, na imprensa feminina, matém-se vinculada aos tradicionais papéis de gênero. Por exemplo, de acordo com Bassanezi (1996), em seu estudo, os temas das “revistas estavam limitados basicamente ao que era considerado ‘mundo feminino’ – casa, prendas domésticas, moda, beleza, filhos, marido, culinária, crônica social, artigos de ‘comportamento’” (p.18).

De forma complementar a essa tendência de se trabalhar exclusivamente com materiais direcionados às mulheres, entendemos ser de interesse mapear também os sentidos atribuídos às mulheres em veículos midiáticos que não possuem esse público como interlocutor central. Assim, a proposta do presente trabalho é considerar jornais direcionados ao segmento popular como campo de análise de representações sobre a mulher. Nossa expectativa é de que os jornais populares ofereçam tipos de notícias que situem as mulheres em contextos diferentes daqueles aos quais elas são tradicionalmente associadas.

De forma geral, sabe-se que esses jornais priorizam em suas pautas as notícias policiais, nas quais há predominância dos homens como protagonistas. Contudo, em função das evidências do crescimento da criminalidade feminina, percebe-se um aumento da frequência de mulheres em relatos sobre crimes e, por isso, destaca-se a importância de se investigar a articulação das representações sobre a mulher às representações sobre o crime especificamente na imprensa escrita popular.

Conforme apontado por Amaral (2006), o uso do termo popular se justifica pelo fato de serem jornais baratos, com baixa paginação, vendidos em banca e com publicidade de produtos destinados ao público de baixa renda, ou seja, o termo popular designa o público-alvo desse segmento da imprensa.

Durante muito tempo o jornalismo popular foi pensado a partir do rótulo de jornalismo sensacionalista. Essa relação foi estabelecida devido ao vasto uso de um conjunto de artifícios “que privilegiava a superexposição da violência por intermédio da cobertura policial e da publicação de fotos chocantes, de distorções, de mentiras e da utilização de uma linguagem composta por palavras chulas, gírias e palavrões” (Amaral, 2006, p.22).

Atualmente, os jornais populares apresentam uma nova configuração, “usam como estratégia de sedução do público leitor a cobertura da inoperância do poder público, da vida das celebridades e do cotidiano das pessoas do povo [...], a segurança pública, o mercado de trabalho, o futebol e a televisão” (Amaral, 2006, p. 9). Pesquisa de Ramos e Paiva (2007) confirma que a cobertura jornalística da violência e da criminalidade apresentou mudanças em seu estilo nos últimos anos. As autoras apontaram que realmente houve uma redução na utilização de recursos sensacionalistas, como a publicação freqüente de fotos de cadáveres.

Contudo, destacaram que, por exemplo, em relação à temática da segurança pública, esses veículos ainda se restringem a relatar o factual em detrimento da produção de matérias com alguma análise crítica sobre o fato noticiado.

Considerando-se o que foi exposto, e explicitando o nosso interesse no estudo de significados que são construídos, reproduzidos e difundidos cotidianamente nos meios de comunicação de massa, entendemos que a Teoria das Representações Sociais pode oferecer suporte teórico adequado para este trabalho.

É importante destacar que a expressão representações sociais denota tanto uma teoria quanto um fenômeno. No que tange ao estatuto de teoria, ela “oferece um conjunto de conceitos articulados que buscam explicar como os saberes sociais são produzidos e transformados em processos de comunicação e interação social” (Jovchelovitch, 2008, p.87) e tem como objetivo “descobrir como os indivíduos e grupos podem construir um mundo estável, previsível” (Moscovici, 2004, p.79) a partir das diversidades presentes no contexto em que estão inseridos.

Enquanto fenômeno, a representação social é entendida como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p.22).

Conforme assinalado por Jodelet (2001), as representações sociais “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (p.18). Realmente, os estudos sobre representações sociais reconheceram, desde seu primeiro momento, a fecundidade de se trabalhar com materiais de imprensa (Moscovici, 2012; Sá, 1998), fonte, é preciso reconhecer, pouco utilizada nos estudos de psicologia (Souza & Menandro, 2007).

Dois processos regem a construção das representações sociais: a ancoragem e a objetivação. O primeiro possui a função de situar o objeto no conjunto de representações sociais já disponíveis sobre objetos próximos. O segundo possibilita a “materialização” do objeto, inserindo-o no grupo de objetos sociais percebidos como causas de comportamentos (Moscovici, 2004). Especificamente em relação ao nosso objeto de investigação, consideramos a possibilidade de serem os discursos produzidos pelo que se convencionou chamar Criminologia fontes relevantes de difusão de imagens, significados e valores que podem ser acessados para a construção e manutenção das representações sociais de mulher e crime, por exemplo, na imprensa.

A Criminologia, como campo pluridisciplinar de estudo sobre o fenômeno da criminalidade, apresentou em seu desenvolvimento trabalhos que permitem a identificação de imagens acerca da mulher criminosa, conforme mostraremos adiante.

Considerado um dos precursores do estudo científico da criminalidade, Lombroso, em 1893, publicou, em coautoria com Ferrero, a obra *La Donna delinquente, la prostituta e la donna normale*. De acordo com a criminologia positivista de Lombroso e Ferrero (2004), a mulher apresenta maior tendência a praticar crimes quando influenciada por fenômenos biológicos, como a menstruação, a puberdade, a menopausa e o parto. Com base em dados encontrados em exames anatomopatológicos e antropométricos do crânio e do cérebro de mulheres criminosas e de mulheres prostitutas, Lombroso e Ferrero (2004) concluíram que a mulher criminosa apresenta as duas características mais salientes da mulher primitiva: a precocidade e a semelhança com o homem. Apesar da forte ênfase, Lombroso e Ferrero (2004) não se restringem à causalidade orgânica, pois consideram a possibilidade de haver criminosas que agem motivadas por fatores externos, como a prática de crime influenciada pela sugestão do amante, do pai ou do irmão.

Posteriormente, o foco da criminologia deslocou-se da figura do criminoso para a análise dos condicionantes do contexto social (Martins, 2009). Com isso, a definição de quem é o criminoso deixou de ser a preocupação central, já que nesse momento o objetivo

é responder ao questionamento sobre o motivo de certos indivíduos serem classificados como criminosos (Andrade, 1995). A esse respeito Coimbra (2001) afirma que “para as subjetividades hegemônicas produzidas ao longo dos três últimos séculos e, em especial, desde princípios dos novecentos, pobreza é identificada com ‘classes perigosas’” (p.106).

É no conjunto desse questionamento que podemos identificar uma das raízes da chamada criminologia feminista. Os trabalhos dessa abordagem estenderam os estudos de gênero à análise do fenômeno da criminalidade feminina, demonstrando que as desigualdades existentes entre as mulheres e os homens desdobraram-se das diversas esferas de sociabilidade humana para o âmbito das práticas delitivas (Pimentel, 2008). As críticas produzidas pela criminologia feminista demonstraram que as teorias tradicionais na área estavam fundamentadas em estereótipos sexistas, como a ideia de que a mulher é um ser passivo, movido, sobretudo, pela emoção, e cujas prioridades são, naturalmente, a família, o marido e os filhos.

Conforme assinalado por Pimentel (2008), pensar a mulher segundo esses atributos “acarreta uma espécie de reconhecimento do feminino como alheio ao cometimento de crimes” (p.9) e, por conseguinte, essa concepção implica pensar que o crime feminino possui o caráter de excepcional e patológico.

A abordagem dos sentidos atribuídos à prática de crimes por mulheres é uma modalidade de estudo que vem se mostrando menos esporádica. Um exemplo de trabalho nessa perspectiva é a pesquisa de Almeida (2001), cuja intenção foi “compreender e elucidar as significações e representações da violência e da criminalidade no contexto da mulher assassina de classe popular” (p.14).

O trabalho de Barcinski (2009a, 2009b) destaca, por sua vez, que o gênero deve ser considerado como uma categoria central para explicar a participação das mulheres no crime. Segundo ela, por exemplo, os papéis que as mulheres desempenham no tráfico de drogas reiteram uma imagem da mulher como subordinada ao homem. Nesse contexto, cabem às mulheres as funções de menor prestígio e maior risco na hierarquia do tráfico.

O fenômeno da criminalidade feminina revela-se, assim, um objeto social relevante, posto que desperta tentativas de explicação em diversas áreas do conhecimento, bem como, cotidianamente, percebemos a mídia tratá-lo como um fenômeno de interesse social, cuja confirmação pode ser percebida pela grande popularidade dos veículos de comunicação com pautas voltadas para as notícias policiais.

Portanto, a partir do pressuposto de que os meios de comunicação têm a potencialidade de participar na construção e reprodução de representações sociais sobre o crime e as pessoas envolvidas em sua ocorrência, é que este trabalho se propôs a descrever e analisar as representações sociais de mulher e crime em dois jornais populares.

Método

Período de coleta: de 14 de julho de 2010 à 31 de janeiro de 2011. Jornais analisados: Aqui e Super Notícia, publicados na cidade de Belo Horizonte/MG. Esses jornais foram escolhidos devido à ampla difusão que têm apresentado no mercado consumidor, bem como em função do perfil semelhante de ambos, cujas pautas oferecem destaque às notícias policiais.

Foram selecionadas todas as notícias que apresentaram relato sobre ocorrências criminais em que havia mulher na condição de autora de crime. Ao final, foram obtidas 573 notícias, sendo que, desse total, 246 foram coletadas do jornal Aqui e 327 do jornal Super Notícia. O banco de dados foi dividido em dois corpora, correspondentes aos dois jornais pesquisados.

O tratamento das notícias foi efetuado por meio de uma análise estatística de dados

textuais com auxílio do programa computacional ALCESTE¹. Escolhemos esse software considerando que a análise empreendida por ele é baseada no pressuposto de que “pontos diferentes de referência produzem diferentes maneiras de falar, isto é, o uso de um vocabulário específico é visto como uma fonte para detectar maneiras de pensar sobre um objeto” (Kronberger & Wagner, 2002, p.427).

Conforme assinalado por Kronberger e Wagner (2002), “o objetivo da metodologia ALCESTE é investigar as semelhanças e dessemelhanças estatísticas das palavras a fim de identificar padrões repetitivos de linguagem” (p. 428). Logo, o software permite a identificação de classes de palavras que podem indicar diferentes representações sobre um determinado objeto.

Resultados

A análise do ALCESTE em relação ao corpus do jornal Aqui gerou cinco classes (Figura 1)².

A Classe 1 (Drogas) aglutinou vocabulário relacionado ao tráfico de entorpecentes, apresentando, sobretudo, descrição de drogas e produtos relacionados ao seu comércio. UCE Característica - Classe 1 (Drogas) – Aqui:

58 #segundo a #pm, #os dois #estavam em #atitude suspeita e #foram #abordados, #sendo #apreendidos #com a #dupla 18 #papelotes de #cocaina, 18 #buchas de #maconha, uma garrucha #calibre 38, #material para embalar #drogas e uma #balanca_de_precisao, #alem de 173 reais.

Abordando também o crime de tráfico de drogas, a Classe 3 (Mapa do tráfico) aparece fortemente associada à Classe 1, pois aborda a questão do tráfico com ênfase nos conteúdos referentes às localizações das ocorrências policiais. UCE Característica - Classe 3 (Mapa do tráfico) – Aqui:

44 #ribeirao #das #neves. #denuncias levam a policia #ate o #tráfico. #sao gabriel. #em #belo_horizonte, outra #denuncia #anonima fez com que os #militares do 16 #batalhao de policia #militar, #bpm, prendessem 10 #pessoas #sob #suspeita de envolvimento com o #tráfico #no #bairro #sao gabriel, #na #regiao #nordeste.

Na Classe 4 (Unidos pelo dinheiro), que está associada ao conjunto das Classes 1 e 3 por abordar crimes típicos do espaço público, as mulheres são retratadas como membros de grupos criminosos. UCE Característica - Classe 4 (Unidos pelo dinheiro) – Aqui:

118 usando o #nome da #corregedoria de justica de #minas #para #aplicar #golpes que geraram #prejuizo de #pelo #menos meio #milhao de #reais a #empresas #devedoras de #titulos #levados a #protesto.

O agrupamento das três classes foi denominado Rua.

Opondo-se semanticamente ao agrupamento Rua, a Classe 5 (Família) concentra

1 Desenvolvido por Max Reinert, o software ALCESTE (Análise Lexical por Contexto de Segmentos de Texto) identifica co-ocorrências de palavras em segmentos de textos, indicando, por meio da composição de classes de palavras fortemente associadas em um determinado discurso, elementos da organização geral (estruturação e significados) do tema alvo desse mesmo discurso (Kalampalikis, 2003; Reinert, 1998, 2001).

2 Adiante, apresentaremos a Unidade de Contexto Elementar (UCE) mais significativa de cada classe resultante da análise dos jornais, antecedida pelo coeficiente de associação à classe (Q²). O sinal gráfico # destaca todas as palavras que o ALCESTE analisou como possuindo algum grau de vinculação com a classe. É válido ressaltar que as classes foram denominadas a partir da leitura conjunta das principais UCes e das palavras principais (formas) de cada classe.

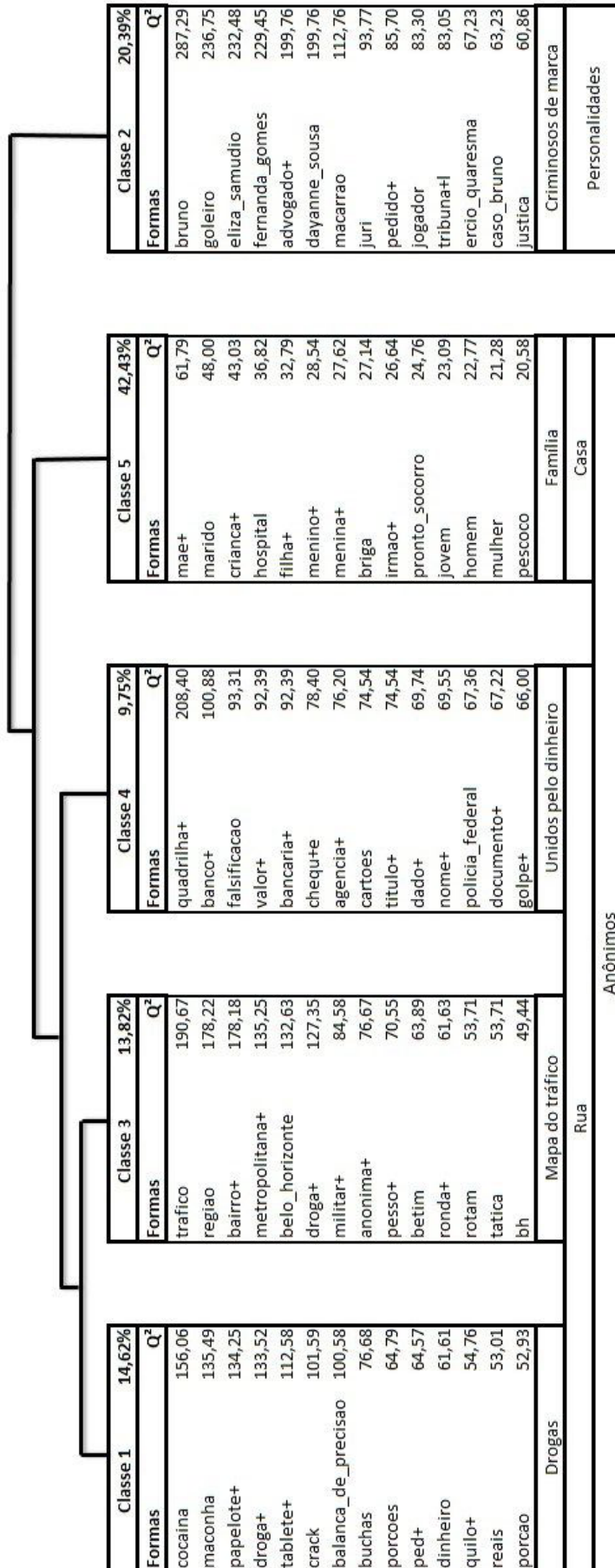


Figura 1 - Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente – Aqui

vocabulário relativo aos crimes que ocorrem envolvendo os atores dos grupos familiares no espaço da Casa. UCE Característica - Classe 5 (Família) – Aqui:

40 #apos mais uma #discussao, #ela #jogou alcool no #marido e ateou #fogo, #informou roseni. #mas a #versao #da #dona de #casa #foi rebatida por #vizinhos. #testemunhas #informaram a pm que a #mulher bateu #boca com o #marido porque ele #teria consumido bebida alcoolica e, #assim que ele dormiu, ateou #fogo #nele.

Constituída em grande parte por nomes próprios de pessoas com algum grau de exposição em veículos de comunicação, a Classe 2 (Criminosos de marca) opõe-se ao restante das classes. UCE Característica - Classe 2 (Criminosos de marca) – Aqui:

86 #bruno #fernandes, #luiz_romao, #macarrao, #flavio #caetano de #araujo, flavinho, #wemerson #marques de #souza, #coxinha, a #ex_mulher #do #atleta #dayanne_sousa, o #caseiro #do #sitio #do #goleiro #elenilson #vitor da #silva.

Por identificar nominalmente os criminosos, recebeu a denominação adicional de Personalidades em oposição ao grupamento intitulado Anônimos (Classes 1, 3, 4 e 5).

O corpus do jornal Super Notícia, por sua vez, teve seu conteúdo dividido em seis classes (Figura 2).

A Classe 1 (Má-ternidade) reúne palavras que remetem aos crimes decorrentes do não cumprimento do papel materno conforme a expectativa social. UCE Característica - Classe 1 (Má-ternidade) – Super Notícia:

32 o #delegado cezar felipe columbari disse que ana #paula #nao e #usuaria de drogas e de #alcool. #ela aparenta #ser uma pessoa normal. talvez #isso #seja o que mais assustou. porem, como #ela #ja #tinha passagem por agressao #ao #filho, #vamos pedir um #exame #para comprovar se #ela #tem #algum disturbio #mental, concluiu o policial.

Fortemente associada à Classe 1, a Classe 3 (Relações conjugais violentas) contextualiza crimes característicos do ambiente doméstico. UCE Característica - Classe 3 (Relações conjugais violentas) – Super Notícia:

48 com #ciumes, o #rapaz #tentou #agredir o #companheiro dela, mas #acabou levando um #tiro, disparado pela #propria tia. a #vitima #foi #socorrida e #passa #bem. a suspeita #foi presa e a arma nao #foi #localizada.

A Classe 4 (Drogas) reúne um vocabulário que faz referência aos tipos de drogas apreendidos na abordagem policial, bem como palavras que caracterizam a forma como cada droga foi encontrada. UCE Característica - Classe 4 (Drogas) – Super Notícia:

57 em seguida, com #base nas #denuncias, #os #policiais #foram #ate a #casa de michele e #encontraram dois #tabletes de #cocaina, com #aproximadamente, 2 #kg da #droga, uma #bucha de #maconha e uma #balanca_de_precisao.

Associada à Classe 4 aparece a Classe 6 (Unidos para o crime), com palavras que se referem às organizações criminosas. Elas estão próximas porque a Classe 4 aborda um dos tipos de crime que comumente é cometido por grupos de pessoas. UCE Característica - Classe 6 (Unidos para o crime) – Super Notícia:

66 foi usada ate mesmo escuta #telefonica. #alem #da tia #da maconha, que e deficiente fisica, a #organizacao #criminosa tinha outro #chefe no #parana. naquele #estado, celso #da #silva #ribeiro #era o #responsavel #pela #compra e logistica de transporte ate a capital mineira. o marido de romilda, rodrigo #ferreira dos #passos, vendia e distribuia o #entorpecente na

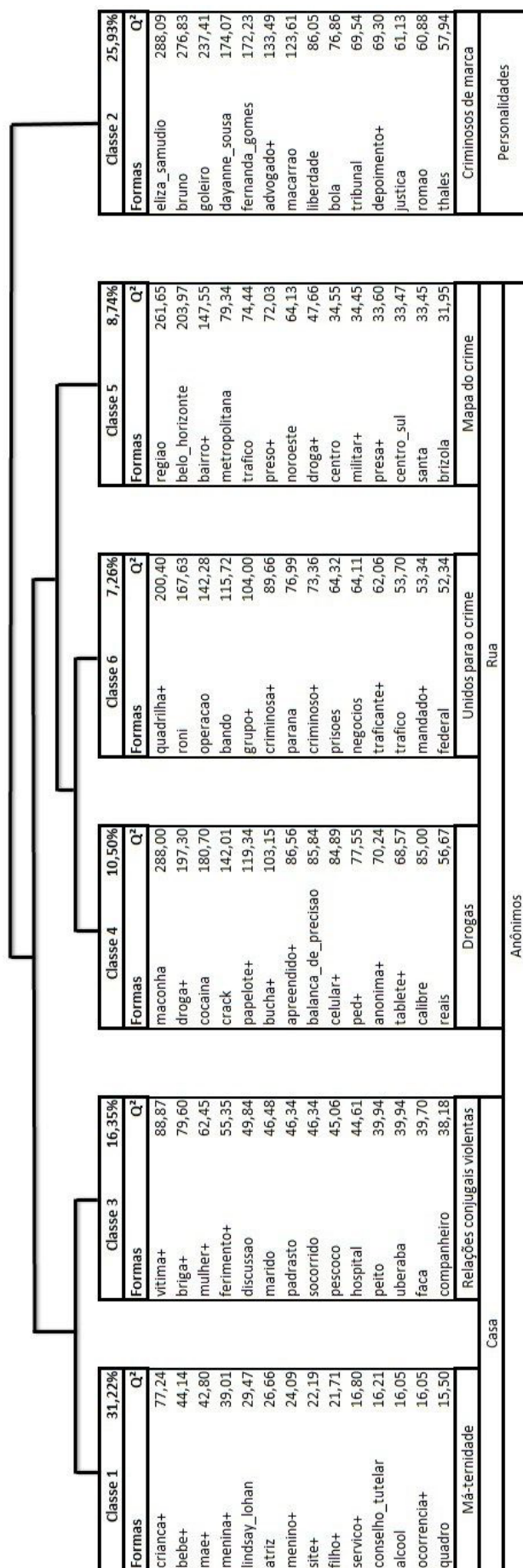


Figura 2 - Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente – Super Notícia

capital e regio metropolitana.

Ao conjunto das Classes 4 e 6 encontra-se associada a Classe 5 (Mapa do crime), com palavras que indicam os locais das ocorrências policiais. UCE Característica - Classe 5 (Mapa do crime) – Super Notícia:

44 #trafico. grávida e #presa #com drogas #uma #adolescente grávida foi #apreendida, #na #tarde de #ontem, acusada de vender drogas #no #aglomerado boa #vista, #em contagem, #na #regiao #metropolitana de #belo_horizonte.

Constituída predominantemente por nomes próprios de pessoas que possuíam algum grau de exposição nos meios de comunicação, a Classe 2 (Criminosos de marca) opõe-se ao restante das classes. Recebeu a denominação adicional de Personalidades em oposição ao grupamento intitulado Anônimos (Classes 1, 3, 4, 5 e 6), por identificar nominalmente os criminosos. UCE Característica - Classe 2 (Criminosos de marca) – Super Notícia:

93 ja o #ex_policial #marcos #aparecido dos #santos, o #bola, foi #indiciado por #homicidio #qualificado, formacao de quadrilha e #ocultacao de #cadaver. alem de #bruno, #luiz #henrique ferreira #romao, #macarrao, #flavio #caetano de #araujo, #wemerson #marques de #souza, #coxinha, #dayanne_sousa, #elenilson #vitor da silva, #sergio #rosa #sales e #fernanda_gomes #vao #responder #pelos seis #crimes.

A seguir, a discussão desse conjunto de dados.

Discussão

A presente pesquisa foi conduzida com o objetivo de identificar em notícias de jornais populares representações sociais de mulher e crime.

O foco do trabalho recaiu sobre o conhecimento cotidiano de um objeto que se constitui a partir da interseção de outros dois relevantes objetos sociais, isto é, a categoria mulher e o fenômeno da criminalidade. Portanto, destaca-se a importância de questionarmos a forma como os saberes sobre os dois objetos interagem para a construção de representações sociais sobre a mulher considerada criminosa.

Ao considerar os conteúdos presentes nos jornais pesquisados, evidenciou-se, como vimos, a existência de similaridades nos dois veículos, indicando, assim, a existência de uma apreensão comum sobre o objeto em análise.

Em um primeiro momento, destacou-se a existência de dois eixos na organização do conteúdo, revelando grupamentos de classes, ou elementos constitutivos de representações, vinculados à diferenciação entre diferentes categorias sociais.

O grupamento de classes nomeado como Anônimos apresenta o crime como característico das camadas populares da sociedade, em contraposição aos Criminosos de marca, que apresenta os crimes cometidos por indivíduos de melhor nível socioeconômico como um fenômeno excepcional.

A existência dessa oposição na forma como os jornais apresentam os autores de crimes denuncia que as diferenças sociais são balizadores do enquadramento dos personagens que ganham algum destaque nesses veículos. Pertencer a um círculo socioeconômico melhor é um fator que potencializa a exposição midiática individualizada do criminoso.

Quando os jornais noticiam crimes envolvendo Personalidades, há um enquadramento que valoriza o percurso do caso na justiça. Isso pode ser constatado se observarmos que as notícias sobre personalidades costumam indicar em pormenores os passos do inquérito policial e dos procedimentos judiciais ligados à aferição da responsabilidade dessas pessoas.

Por outro lado, em casos envolvendo pessoas comuns, percebemos que os jornais se detêm no relato dos fatos que as levaram à prisão.

A identificação dos autores anônimos restringe-se, quase sempre, a especificar os indivíduos a partir dos papéis sociais de mãe, marido, filho, dona de casa, entre outros, ou a partir da atuação em profissões que, no geral, são pouco valorizadas. A atribuição dos crimes a indivíduos, segundo os seus papéis sociais, também geralmente vem acompanhada da identificação da região onde residem, o que reitera que a origem dessas pessoas são as classes populares.

Ao tratar os indivíduos como Anônimos, os jornais acabam promovendo, indiretamente, a identificação dos crimes a partir da classe social de pertença, reforçando, assim, o estereótipo do delinquente como pertencente às classes pobres (Santos, Aléssio & Silva, 2009; Coimbra, 2001). Assim, o estereótipo das classes populares como “classes perigosas” faz com que o crime seja interpretado como esperado e natural em relação aos indivíduos que pertencem a esse meio.

Santos et al. (2009) destacam que a atribuição da causalidade da violência às camadas pobres da sociedade relaciona-se com o próprio processo de objetivação das Representações Sociais de violência:

O conteúdo da imprensa demonstra que o grupo escolhido para objetivar a violência é justamente o grupo minoritário da sociedade. Desse modo, o conteúdo da representação social que circula na imprensa legitima as relações sociais de desigualdade e naturaliza o binômio pobreza-violência (p.451).

Nesse sentido, entendemos ter encontrado também em nossa pesquisa elementos das representações de crime que o identificam como um fenômeno natural das classes populares. Assim, em relação ao aspecto abordado anteriormente, a referência do crime destaca-se como a maior modeladora da forma como é expressa a representação, enquanto a categoria mulher é neutralizada pelo destaque dado à classe de pertença como objetivação do crime.

Observamos, ainda, que o conjunto de representações sociais sobre a mulher criminosa baseia-se no sistema de crenças e valores da sociedade a respeito das diferenças entre os sexos. Tal fato destaca-se quando consideramos a oposição de classes referente aos contextos de ocorrência de crimes, que foi encontrada em ambos os jornais e identificada no presente trabalho pelos termos Casa e Rua.

Essa divisão coloca em evidência as consequências da construção histórica do espaço público como eminentemente masculino, em contraposição ao espaço doméstico como local legitimado para as mulheres (Almeida, 2001; Del Priore & Amantino, 2013; Pinsky & Pedro, 2012).

A referência da mulher apresenta destaque, sobretudo, nas notícias em que há relato de crimes que ocorreram no espaço doméstico. Os elementos constitutivos dessas representações estão apoiados nas noções de maternidade, passividade, fragilidade, submissão e vocação para atividades domésticas. Nesse âmbito, a mulher autora de crime seria aquela que viola as expectativas sociais dos papéis tradicionais de gênero.

Esse padrão pode ser confirmado a partir das palavras principais que foram listadas nos Dendrogramas das Figuras 1 e 2, onde é possível encontrar termos que se referem diretamente às mulheres como autoras de crime, principalmente nas Classes 1 (Má-ternidade) e 3 (Relações conjugais violentas) do jornal Super Notícia e na Classe 5 (Família) do jornal Aqui. Ressalta-se que não foi ignorada a presença de nomes de mulheres na Classe 2 (Criminosos de marca) de ambos os jornais, contudo entendeu-se que esse caso está relacionado, como dissemos, à diferença de enquadramento dado pela mídia em função da classe socioeconômica de pertença dos acusados.

Os crimes cometidos pelas mulheres no ambiente doméstico são aqueles que alguns autores consideram como eminentemente femininos (Almeida, 2001). Eles podem ser divididos em duas categorias que, inclusive, apareceram representadas como duas classes distintas no jornal Super Notícia (Má-ternidade e Relações conjugais violentas), enquanto no jornal Aqui apareceram aglutinadas em uma única classe (Família).

A primeira categoria seria a junção de todos os crimes que a mulher comete a partir do momento em que ocupa a função de mãe, quais sejam infanticídio, aborto, maus-tratos, negligência, etc.

A mulher que comete crimes dessa natureza é julgada por uma dupla moral: ela é julgada como transgressora de uma norma previamente definida na legislação penal e, também, a partir da norma coletiva que estipula os comportamentos esperados como “normais” para uma mulher que ocupa o papel de mãe.

Ainda no tocante aos atributos de gênero, foi identificada a modalidade de representação sobre a mulher criminosa em decorrência da submissão e da opressão sofridas face aos homens (segunda categoria).

Nas notícias referentes aos crimes cometidos contra seus parceiros, a categoria mulher aparece com destaque para justificar a conduta criminosa. Evidencia-se uma tendência a amenizar a responsabilidade da mulher pelo crime, ao justificar a conduta criminosa pela condição de vítima frente à violência dos homens. Destaca-se nesse contexto a objetivação da mulher como criminosa/vítima.

Percebe-se a construção de uma imagem da mulher como vítima, que se torna capaz de atentados contra a vida somente diante de situações de extrema opressão. No que diz respeito, por exemplo, ao crime de homicídio, essa imagem reitera a ideia bastante recorrente de que “a mulher mata quando motivada por casos extremos de passionalidade e emoção e, portanto, suas vítimas são entes familiares, como maridos, filhos e parentes” (Almeida, 2001, p.32).

Os crimes cometidos por mulheres no contexto da casa são modalidades que se chocam com os papéis femininos tradicionais que se encontram circunscritos ao lar. E quando transpomos nosso olhar para o contexto da rua descobrimos novos aspectos que reforçam a atribuição de anormalidade à criminosa.

Em decorrência das lutas feministas e da consequente inclusão das mulheres no contexto público, flexibilizou-se a rígida estrutura que outorgava às mulheres a vida reservada à casa, enquanto que aos homens cabia o enfrentamento do espaço da rua, “local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si” (DaMatta, 1997, p.55).

Assim, também aqui o sistema de crenças e valores da sociedade que rege a dominação masculina sobre as mulheres cumpre a função de âncora para explicar os crimes cometidos pelas mulheres na rua.

Considerada uma zona de perigo, a rua é identificada como contexto propício à ocorrência de crimes e, como os homens são considerados mais aptos a enfrentarem a realidade das ruas, são identificados, por consequência, como mais dispostos à atividade criminosa.

Diante da constatação do aumento progressivo dos crimes praticados por mulheres, alguns autores interpretaram esse crescimento como consequência da maior inserção feminina no mercado de trabalho (Almeida, 2001; Fausto, 2001). Um dos argumentos utilizados por esses autores afirma que a inserção feminina no contexto público dotou as mulheres da capacidade de delinquência em relação a furtos, roubos e fraudes.

Entretanto, é necessário reserva na interpretação das consequências da entrada das

mulheres no mercado de trabalho, pois, embora elas tenham passado a exercer profissões no contexto da rua, é preciso reconhecer que elas continuaram a exercer tarefas extensivas da atividade doméstica (Almeida, 2001). Logo, elas permaneceram vinculadas aos valores e estereótipos do contexto da casa.

Essa permanência de referências ligadas ao ambiente doméstico justificaria a continuidade de interpretações para a criminalidade feminina baseada na imagem da mulher como sexo frágil, delicado e condicionado à vida doméstica, passiva e dotada de menos agressividade. Como constatamos, esses atributos continuaram a ser utilizados para explicar a prevalência de crimes de menor violência cometidos por mulheres na rua, como o furto e as fraudes.

Encontramos nas notícias dos jornais conteúdos que mostram as mulheres como criminosas em decorrência da influência exercida pelos homens. Nesse caso, o destaque cabe à categoria crime, identificado como ação tipicamente masculina. Por isso, frequentemente, as notícias sugerem que as mulheres cometeram determinados crimes por possuírem atributos masculinos.

Um aspecto importante dessas interpretações diz respeito à atribuição de responsabilidade às mulheres pelos crimes cometidos em conjunto com homens. Observamos que a permanência de um imaginário sobre a mulher como frágil e passiva fez com que as mulheres autoras de crimes fossem vistas como vítimas e incapazes de transgredir. Quando muito, são associadas aos crimes considerados tipicamente femininos.

Nesse sentido, Barcinski (2009b) também destaca que a participação das mulheres no crime ainda é explicada, por muitos teóricos, pelo viés da influência masculina na iniciação na vida criminosa:

De acordo com essa perspectiva, o protagonismo e a intencionalidade feminina são ignorados e as mulheres que se envolvem em atividades criminosas são vistas exclusivamente como vitimizadas por homens criminosos. Sua participação absolutamente involuntária é resultado da opressão, do medo e da falta de opção que supostamente caracterizam a vida de mulheres afetivamente envolvidas com estes homens (p. 578).

As representações sociais de mulher autora de crime demonstraram estar apoiadas em sistemas de crenças e valores sexistas e em conhecimentos científicos semelhantes ao material que apresentamos em nossa revisão sobre trabalhos que abordaram a questão da mulher criminosa. Como vimos, permanecem vivas e circulam no nosso meio social ideias que já circulavam, pelo menos, desde finais do Século XIX, como a associação estreita entre feminino e maternidade, como o caráter frágil e influenciável das mulheres, como a mulher criminosa masculinizada e, por fim, como a vinculação entre a criminalidade e as classes populares e perigosas.

Considerações finais

Observamos que os jornais pesquisados restringem-se a uma abordagem factual da temática da criminalidade, por isso há predomínio da descrição de ocorrências criminais. Entendemos que essa modalidade de abordagem da imprensa implica em menor problematização da temática, o que ocorre quando o jornal trabalha com matérias em que são feitas análises, nas quais acreditamos que seria encontrado maior número de tentativas diretas de explicar o fenômeno da criminalidade, o que provavelmente aumentaria a qualidade do material para análise.

É importante destacar que nossa pesquisa não abarcou todos os sentidos atribuídos ao objeto mulher autora de crime que circulam no pensamento social, uma vez que nos valem apenas do material apresentado em dois jornais populares publicados na cidade

de Belo Horizonte/MG.

Ressaltamos, finalmente, que reconhecemos a necessidade de realização de estudos sobre homens autores de crime, com vistas a desenvolver uma análise comparativa com o material aqui apresentado.

Referências bibliográficas

- Almeida, R. O. (2001). *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará/UFRJ.
- Amaral, M. F. (2006). *Jornalismo popular*. São Paulo, SP: Contexto.
- Andrade, V. R. P. (1995). Do paradigma etiológico ao paradigma da reação social: mudança e permanência de paradigmas criminológicos na ciência e no senso comum. *Revista Sequência*, 30, 24-36.
- Barcinski, M. (2009a). Centralidade de gênero no processo de construção de identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(5), 1843-1853.
- Barcinski, M. (2009b). Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Ciência e Saúde Coletiva*, 14(2), 577-586.
- Bassanezi, C. B. (1996). *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher, 1945-1964*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Buitoni, D. S. (2009). *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo, SP: Summus.
- Coimbra, C. (2001). *Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro, RJ: Oficina do autor; Niterói, RJ: Intertexto.
- DaMatta, R. (1997). *A casa & a rua*. Rio de Janeiro, RJ: Rocco.
- Del Priore, M., & Amantino, M. (2013). (Orgs.). *História dos Homens no Brasil*. São Paulo, SP: Unesp.
- Fausto, B. (2001). *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo, SP: EdUSP.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão (L. Ulup, Trad.). In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 17-44). Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.
- Jovchelovitch, S. (2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Kalampalikis, N. (2003). L'apport de la méthode Alceste dans l'analyse des représentations sociales. In J. C. Abric (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales* (pp. 147-163). Paris: Érès.
- Kronberger, N., & Wagner, W. (2002). Palavras-chave em contexto: análise estatística de textos (P. A. Guareschi, Trad.). In M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 416-441). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lombroso, C., & Ferrero, G. (2004). *Criminal woman, the prostitute and the normal woman*. (N. H. R. Raffer & M. Gibson, Trads.). Durham: Duke.
- Martins, S. (2009). A mulher junto às criminologias: de degenerada a vítima, sempre sob controle sociopenal. *Fractal Revista de Psicologia*, 21(1), 111-124.
- Mascaro, S. A. (1982). *A Revista Feminina, imagens da mulher* (Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Mira, M. C. (2003). O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. *Cadernos Pagu*, 21, 13-38.
- Moscovici, S. (2004). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (P. A.

- Guareschi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público* (S. Fuhrmann, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pimentel, E. (2008). *Criminologia e feminismo: um casamento necessário*. IV Congresso Português de Sociologia, Lisboa, Portugal. Recuperado de <http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/429.pdf>
- Pinsky, C. B., & Pedro, J. M. (2012). (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto.
- Ramos, S., & Paiva, A. (2007). "Esqueçam o cadáver": mudanças na cobertura de polícia e segurança pública. In S. Ramos & A. Paiva (Orgs.), *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. (pp. 15-26). Rio de Janeiro, RJ: IUPERJ
- Reinert, M. (1998). *Alceste: Version 4.0 – Windows*. Toulouse: Societé IMAGE.
- Reinert, M. (2001). *Alceste, une méthode statistique et sémiotique d'analyse de discours: Application aux «Rêveries du promeneur solitaire»*. *La revue française de psychiatrie et de psychologie médicale*, 5(49), 32-36.
- Sá, C. P. (1998). *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.
- Santos, M. F. S., Aléssio, R. L. S., & Silva, J. M. M. N. (2009). Os adolescentes e a violência na imprensa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(3), 447-452.
- Souza, L., & Menandro, P. R. M. (2007). *Pesquisa Documental em Psicologia: A Máquina do Tempo*. In M. M. P. Rodrigues & P. R. M. Menandro (Orgs.), *Lógicas Metodológicas: trajetos de pesquisa em Psicologia*. (pp. 151-174). Vitória, ES: EdUFES, PPG-PSI/UFES e Gráfica Editora.